
CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (29/07/2026 A 06/08/2026)

MINERAÇÃO

• **Geólogo transforma carreira e impulsiona a digitalização da ANM**

Servidor com 51 anos de atuação na Agência criou sistemas pioneiros para gestão de processos minerários e desenvolveu plataforma que se tornou referência na consulta às normas do setor

Após mais de cinco décadas de atuação na Agência Nacional de Mineração (ANM), o geólogo Clóvis Ático tornou-se um dos principais responsáveis pela modernização tecnológica da instituição. Inspirado pelo contato com a informática durante um treinamento no Canadá, em 1983, passou a desenvolver soluções para aprimorar a gestão dos processos minerários. Em 1989, criou o Neo_Sicop, sistema pioneiro que organizava digitalmente informações sobre processos minerários e serviu de base para iniciativas posteriores de informatização da Agência.

Assim, em 2001, Clóvis lançou o portal dnpm-pe.gov.br, reunindo normas minerárias, guias e conteúdos técnicos, a fim de acabar com a dificuldade de se manter atualizado em meio a um universo de normas minerárias dispersas e facilitar o acesso à legislação do setor. A plataforma tornou-se referência para servidores, profissionais e candidatos a concursos públicos, contribuindo para a disseminação do conhecimento técnico na mineração. Atualmente, o servidor segue aprimorando o projeto, reforçando o papel da inovação tecnológica na modernização da administração pública.

Fonte: [Link](#)

• **Nova edição do Horizonte Mineral destaca avanços na fiscalização da mineração**

Publicação da ANM apresenta iniciativas voltadas à fiscalização, inovação tecnológica, segurança de barragens e capacitação de servidores

A sexta edição do Horizonte Mineral, jornal da Agência Nacional de Mineração (ANM), destaca as ações de fiscalização desenvolvidas pela Agência, abordando as frentes de atuação voltadas às atividades minerárias, à segurança de barragens e à arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). A publicação apresenta os principais desafios

enfrentados pela fiscalização em um país de dimensões continentais e evidencia o papel estratégico da atuação técnica na garantia da segurança das operações e do cumprimento da legislação.

Ainda, a edição também mostra como a adoção de tecnologias, como sistemas de monitoramento, sensores, bases de dados e mecanismos de rastreabilidade, vem fortalecendo as ações fiscalizatórias e ampliando a capacidade de acompanhamento dos empreendimentos minerais. Além da matéria de capa, o jornal reúne conteúdos sobre fechamento de minas, recuperação ambiental, inteligência artificial, capacitação de servidores, evolução histórica da fiscalização mineral e operações realizadas pela ANM em diferentes estados.

Fonte: [Link](#)

• ANM cobra R\$ 17,7 bilhões da Vale por diferenças no recolhimento da CFEM

Agência notificou a mineradora por suposto recolhimento a menor de royalties entre 2017 e 2022, relacionado às exportações de minério de ferro

A Agência Nacional de Mineração (ANM) notificou a Vale para pagar, parcelar ou apresentar defesa em cobranças que somam R\$ 17,7 bilhões referentes à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). As notificações abrangem diferenças identificadas no recolhimento dos royalties entre novembro de 2017 e dezembro de 2022, especialmente em operações de exportação de minério de ferro realizadas por meio de empresa do grupo sediada na Suíça, pois a Agência concluiu que os valores declarados não refletiam o preço efetivamente obtido nas vendas aos compradores finais.

Segundo a ANM, as cobranças são resultado de uma fiscalização iniciada em 2023, baseada em auditorias, análise de documentos fiscais e contábeis e cruzamento automatizado de dados de mercado. A Vale possui prazo de dez dias, a partir da ciência das notificações, para quitar os débitos, solicitar parcelamento ou apresentar defesa administrativa.

Fonte: [Link](#)

• Estudo aponta potencial de R\$ 192 bilhões no PIB com investimentos em minerais críticos

Pesquisa da Amcham Brasil indica que maior atração de capital estrangeiro e agregação de valor à produção mineral podem gerar 750 mil empregos e impulsionar a indústria nacional até 2050

Estudo inédito da Amcham Brasil aponta que o fortalecimento da cadeia de minerais críticos e terras raras pode adicionar até R\$ 192,1 bilhões ao PIB brasileiro e gerar cerca de 750 mil empregos até 2050. O cenário mais favorável considera maior atração de investimento estrangeiro, ampliação do processamento mineral no país e maior utilização desses insumos pela indústria nacional, ampliando a agregação de valor e os benefícios econômicos.

Além disso, a pesquisa também destaca impactos positivos sobre a indústria de transformação, construção civil e indústria extrativa, além de ganhos expressivos para estados mineradores e polos industriais. Elaborado por pesquisadores da UFMG e da UFJF, o estudo defende políticas públicas voltadas ao fortalecimento da cadeia de minerais críticos, incluindo melhorias no ambiente regulatório, incentivo ao processamento interno e aprovação da Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

• **Produção de petróleo e gás cresce quase 20% e pré-sal amplia participação na produção nacional**

Dados da ANP mostram avanço da produção em junho de 2026, impulsionado pelo pré-sal, enquanto Petrobras registra nova descoberta de gás natural na Colômbia

A produção brasileira de petróleo e gás natural alcançou 5,842 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d) em junho de 2026, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). O resultado foi impulsionado pelo desempenho do pré-sal, responsável por 82% da produção nacional, com crescimento de 24% em relação ao mesmo período do ano anterior. Ainda, a produção de petróleo avançou 19,1% na comparação anual, enquanto a de gás natural registrou alta de 19,7%, refletindo a entrada em operação de novos projetos e ganhos de eficiência na exploração.

Além do aumento da produção, a Petrobras anunciou a descoberta de uma nova acumulação de gás natural no poço Sandia-1, em águas profundas da Colômbia, reforçando seu potencial exploratório na região. Por fim, especialistas destacam que o crescimento da produção ocorre em

um cenário internacional de preços elevados do petróleo, influenciado pelas tensões geopolíticas no Oriente Médio, o que amplia a competitividade do Brasil e fortalece sua posição no mercado global de energia.

Fonte: [Link](#)

- **União realizará primeiro leilão de gás natural do pré-sal entre novembro e dezembro**

PPSA dará início à comercialização competitiva do gás da União, com contratos de curto e longo prazo para ampliar a transparência e estimular o mercado brasileiro de gás natural

A União realizará, entre novembro e dezembro de 2026, o primeiro leilão de gás natural proveniente de sua participação nos contratos de partilha do pré-sal. Organizado pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA), o certame ofertará o volume estimado para 2027, com contratos de fornecimento de curto prazo até 2030 e contratos de longo prazo a partir desse período. A iniciativa foi viabilizada após a aprovação de novas diretrizes pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e representa um marco na comercialização do gás da União, que até então não era negociado por meio de concorrência pública.

Nesse contexto, a expectativa é que os leilões promovam maior transparência na formação de preços, ampliem a competitividade do mercado e beneficiem consumidores industriais intensivos em gás natural. Para viabilizar a operação, a PPSA negocia com a Petrobras o processamento e a comercialização do gás nas unidades de tratamento do pré-sal. Além disso, o governo prevê a realização de leilões anuais até 2030, conferindo maior previsibilidade aos agentes do setor e fortalecendo o desenvolvimento do mercado brasileiro de gás natural.

Fonte: [Link](#)

- **ANP discute revisão das regras para comercialização de etanol anidro e estoques de entressafra**

Proposta busca simplificar a regulação, reduzir custos operacionais e modernizar as regras de contratação e abastecimento do mercado de combustíveis

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) realizou audiência pública para discutir a revisão da Resolução ANP nº 946/2023, que disciplina a comercialização de etanol anidro e a formação de estoques para o período de entressafra da cana-de-açúcar. A

proposta tem como objetivo tornar o mercado mais eficiente, reduzir custos operacionais e promover maior isonomia regulatória entre distribuidores e produtores, preservando mecanismos de previsibilidade e segurança do abastecimento.

Entre as principais mudanças propostas estão a eliminação da obrigatoriedade de formação de estoques, a manutenção da contratação mínima de etanol pelos distribuidores, a flexibilização das regras para agentes que não atingirem essa meta e a digitalização dos procedimentos de registro e homologação de contratos. Ainda, a revisão também busca alinhar a regulamentação ao RenovaBio e às diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). As contribuições recebidas durante a consulta e a audiência públicas serão analisadas antes da deliberação final da Diretoria Colegiada da ANP.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

• ANEEL disponibiliza Data Room atualizado para o Leilão de Transmissão nº 4/2026

Documentos técnicos, jurídicos e financeiros do Lote 1 já podem ser consultados por investidores interessados nas concessões de transmissão de energia elétrica

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) disponibilizou a versão atualizada do Data Room referente ao Lote 1 do Leilão de Transmissão nº 4/2026, reunindo documentos técnicos, jurídicos e financeiros relacionados aos empreendimentos vinculados ao Contrato de Concessão nº 1/2010, atualmente em fase de encerramento de vigência. O ambiente virtual tem como objetivo oferecer maior transparência e subsidiar a análise dos investidores interessados em participar do certame.

O Leilão de Transmissão nº 4/2026 prevê a concessão de nove lotes de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas nos estados do Amazonas, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Rondônia e São Paulo. Dessa forma, a iniciativa busca ampliar a competitividade do processo licitatório e contribuir para a expansão e modernização da infraestrutura de transmissão do Sistema Interligado Nacional.

Fonte: [Link](#)

- **Brasil lidera capacidade de data centers na América Latina e reforça demanda por energia**

Estudo da Moody's projeta crescimento anual de até 20% no setor, impulsionado pela inteligência artificial, e destaca a expansão da infraestrutura elétrica como fator decisivo para sustentar novos investimentos

O Brasil concentra 49% da capacidade instalada de data centers da América Latina, mantendo a liderança regional em infraestrutura digital, segundo estudo da Moody's Ratings. A agência estima cerca de 2340 MW de capacidade instalada em data centers, projetando, ainda, crescimento anual entre 15% e 20% para o setor na região. Tal crescimento se dá pelo avanço da inteligência artificial, a qual deverá ampliar significativamente a demanda por processamento de dados, energia elétrica e infraestrutura de transmissão.

Neste sentido, o estudo evidencia que a expansão dependerá da disponibilidade de energia firme, da capacidade da rede de transmissão, da segurança regulatória e do acesso a financiamento. No Brasil, embora a elevada participação de fontes renováveis represente uma vantagem competitiva, desafios como filas para conexão à rede, limitações na transmissão, atrasos no licenciamento e cortes de geração ainda precisam ser superados. Desse modo, os investimentos já licitados pela ANEEL e pelo MME em projetos de transmissão, os quais somam mais de R\$ 60 bilhões, buscam ampliar a capacidade do sistema elétrico para atender ao crescimento esperado da demanda.

Fonte: [Link](#)

- **Debate sobre custeio das baterias ganha força antes do primeiro leilão de armazenamento**

Setor elétrico discute quem deve financiar os sistemas de armazenamento, enquanto especialistas defendem que os benefícios das baterias são compartilhados por toda a rede

Às vésperas do primeiro leilão de reserva de capacidade para armazenamento de energia em baterias, previsto para dezembro de 2026, o setor elétrico intensifica o debate sobre o modelo de custeio dos empreendimentos. Embora o leilão seja considerado um avanço para ampliar a flexibilidade e a segurança do Sistema Interligado Nacional (SIN), ainda não há consenso sobre quem deverá arcar com os encargos relacionados às baterias.

Representantes do setor defendem que os sistemas de armazenamento prestam um serviço de

interesse sistêmico, reduzindo os impactos dos cortes de geração renovável (curtailment) e reforçando a confiabilidade da operação elétrica. Nesse contexto, argumentam que os custos deveriam ser compartilhados entre os consumidores ou por todo o sistema, e não atribuídos exclusivamente aos geradores, como previsto na legislação vigente. O tema também está em discussão no Congresso Nacional, que avalia propostas para alterar o modelo de financiamento antes da realização do certame.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL mantém bandeira tarifária amarela para agosto**

Consumidores continuarão pagando cobrança adicional na conta de luz diante das condições menos favoráveis de geração e das perspectivas de menor volume de chuvas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) manteve a bandeira tarifária amarela para o mês de agosto de 2026, preservando a cobrança adicional de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos, em vigor desde maio. Tal decisão reflete a continuidade de condições menos favoráveis para a geração de energia, influenciadas pela redução das chuvas e pelas projeções de impactos do fenômeno El Niño sobre os reservatórios, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo especialistas do setor, além do risco hidrológico, a elevação do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) também contribui para a manutenção do custo adicional na tarifa de energia. Embora o bom desempenho hidrológico da Região Sul ajude a moderar a pressão sobre os preços, o cenário ainda exige cautela, mantendo o acionamento da bandeira amarela para os consumidores.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **Ana Paula Bittencourt deixa a Secretaria de Mineração do MME após conduzir agenda estratégica do setor**

Ex-secretária encerra gestão marcada por avanços no planejamento mineral, fortalecimento dos minerais críticos e consolidação de importantes políticas públicas para a mineração brasileira

A secretária nacional de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME, Ana Paula Bittencourt, deixou o cargo a pedido, conforme publicação no Diário Oficial da União. Durante sua gestão, liderou a agenda mineral em um período de crescente relevância dos minerais críticos para a transição energética e para a geopolítica global, além de acompanhar discussões estratégicas sobre o marco legal do setor.

Entre as principais entregas da gestão estão a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2050, a consolidação do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), a regulamentação das debêntures para financiamento da mineração, o lançamento do Referencial Básico para Mineração Brasileira Sustentável, o Plano de Ação Nacional para o Ouro sem Mercúrio e avanços relacionados à cadeia de minérios nucleares e ao marco regulatório de proteção às cavidades naturais. Ainda, a exoneração, segundo o MME, já havia sido previamente acordada com o ministro Alexandre Silveira.

Fonte: [Link](#)

• **MME amplia adesão ao Pacto Nacional de Harmonização Regulatória do Mercado de Gás Natural**

Novas agências reguladoras estaduais passam a integrar iniciativa que busca fortalecer a integração do mercado, ampliar a segurança jurídica e harmonizar normas do setor de gás natural

O MME participou do Sergipe Oil & Gas Energy 2026, em Aracaju (SE), onde foi formalizada a adesão das agências reguladoras de Sergipe, Espírito Santo e Mato Grosso do Sul ao Pacto Nacional de Harmonização Regulatória do Mercado de Gás Natural. A entrada dos novos integrantes ocorreu por meio de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a União, representada pelo MME e pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), reforçando a integração regulatória entre União e estados.

A iniciativa prevê a redução de assimetrias regulatórias, ampliar a segurança jurídica e promover um ambiente mais previsível e competitivo para o mercado de gás natural. Assim, o pacto busca harmonizar normas e procedimentos sem comprometer as competências dos entes federativos, favorecendo a entrada de novos agentes, o desenvolvimento da infraestrutura e a expansão da oferta de gás natural no país. Ainda, o potencial de Sergipe para ampliar a produção de petróleo

e gás natural, impulsionado por novos projetos e pela infraestrutura existente, também foi ponto de destaque.

Fonte: [Link](#)

• **MME esclarece que leilões de gás da União não atenderão termelétricas**

Resolução aprovada pelo CNPE direciona o gás da União ao setor industrial, priorizando a competitividade da indústria e excluindo usinas termelétricas destinadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN)

O MME esclareceu que os futuros leilões de gás natural da União, viabilizados por resolução aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), não contemplarão o fornecimento de combustível para usinas termelétricas que atendem ao Sistema Interligado Nacional (SIN) ou aos Sistemas Isolados. Segundo a pasta, os certames serão destinados aos consumidores industriais, que poderão utilizar o gás como matéria-prima, insumo produtivo ou em projetos de autoprodução de energia para consumo próprio.

Ainda, a política prevê leilões de curto prazo (2026–2030), abertos aos consumidores industriais livres, e leilões de longo prazo (a partir de 2030), voltados à indústria de base, como os setores químico, petroquímico, siderúrgico e de fertilizantes. Dessa forma, o foco da política é o fortalecimento da indústria nacional por meio da oferta de gás natural a preços mais competitivos, reforçando a estratégia de reindustrialização e de desenvolvimento do mercado brasileiro de gás natural.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito